



ENTRE COMANDOS E MILÍCIAS:  
MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E CENSURA NO  
JORNALISMO CARIOCA DOS ANOS 1980

BETWEEN NARCOS AND MILITIAS:  
MEMORY, OBLIVION AND CENSORSHIP  
IN RIO'S JOURNALISM OF THE 1980s

Kleber MENDONÇA<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: klebermendonca@id.uff.br.





## RESUMO

O artigo faz uma análise de discursos de uma série de reportagens publicadas no *Jornal do Brasil* entre os anos 1978-1981 e que marcam o advento da facção criminosa *Comando Vermelho* como personagem de notícias e acontecimentos ligados à violência urbana no Rio de Janeiro. Busca-se verificar, aqui, a hipótese de que tal acontecimento noticioso fez emergir novas interpretações a respeito das causas e soluções para o problema da violência, deslocando o foco prioritário do debate público das ações praticadas por grupos de extermínio e terroristas de extrema direita para os narcotraficantes. Articulando as categorias de *memória discursiva*, *silêncio constitutivo* e *censura*, o trabalho acompanha as condições de produção, nos jornais, da crença que atribuiria a emergência do *Comando Vermelho* a um quase fictício encontro entre presos políticos e criminosos comuns no presídio da Ilha Grande.

## PALAVRAS-CHAVE

Comando Vermelho; Jornal do Brasil; jornalismo impresso.; violência urbana; Ditadura Militar; silêncio.

## ABSTRACT

The paper perform a discourse analysis of a series of news reports published in *Jornal do Brasil* between the years 1978-1981. This four-years period marks the advent of the criminal organization *Comando Vermelho* as a character of news and events related to urban violence in Rio de Janeiro. The study aims to verify the hypothesis that such news





event has given rise to new interpretations regarding the causes and solutions to the problem of violence, shifting the priority focus of the public opinion from the actions committed by paramilitary groups and extreme right-wing terrorists to those perpetrated by drug dealers. By articulating the categories of discursive memory, constitutive silence and censorship, the work studies the conditions of production, in the newspapers, of the belief that would attribute the emergence of the *Comando Vermelho* due to the almost fictional encounter between political prisoners and common criminals in Ilha Grande prison.

## KEYWORDS

Jornal do Brasil. Printed journalism. Urban violence. Military dictatorship. Silence.

## 1. INTRODUÇÃO

O artigo realiza uma análise de discurso acerca do *advento* do *Comando Vermelho* nas páginas do *Jornal do Brasil* no período de 1978 a 1981. Partimos da hipótese de que tal acontecimento noticioso permitiu a emergência mais explícita de um entendimento público sobre o problema da violência urbana cujos aspectos principais continuam condicionando as ações estatais na busca por suas possíveis *soluções*. Com isso, o objetivo foi mapear e entender modos como diferentes possibilidades interpretativas sobre a questão da violência se organizaram discursivamente naquele momento e passaram a ganhar ou perder força no debate político e nas ações públicas ao longo do tempo.





Em diferentes trabalhos sobre as categorias de *silêncio e memória*, Orlandi (1997, 2002) aponta em que medida o esquecimento é parte importante dos modos como o político se inscreve, ideologicamente, nos processos históricos. Diante de acontecimentos que demandam interpretações e sentidos, as relações de poder estabelecem fluxos que se alternam entre os gestos nos quais há sempre algo que se cala (ou se esquece) para a emergência do *novo* e os esforços que buscam silenciar possibilidades interpretativas para *impedir* que novos sentidos aflorem.

A partir da análise das reportagens ao longo do período, verificamos que houve um processo gradual de deslocamento do foco prioritário das páginas policiais acerca da(s) violência(s) urbana(s) no Rio de Janeiro. Enquanto ao longo dos anos 1970 os principais acontecimentos jornalísticos reportados davam conta dos assassinatos violentos praticados sob pretexto de justificação, perpetrados por grupos de extermínio, na virada da década vemos a concomitância entre atentados à bomba (promovidos por grupos paramilitares de extrema direita), o crescimento de assassinatos ligados à luta pelo domínio do jogo do bicho na cidade e o aparecimento de evidências de uma maior organização dos presos comuns enquadrados sob a Lei de Segurança Nacional, no que viria a ser conhecido mais tarde como o processo de criação do *Comando Vermelho*.

Nossa hipótese, portanto, averigua, em que medida, o advento dessa facção como personagem principal do problema da violência urbana nos jornais do Rio de Janeiro permite o deslocamento do debate público sobre as causas profundas da questão na cidade e no Estado. Assim, o debate passa a, gradualmente, pautar-se pelo *mito* de que o recém criado comando seria uma espécie de produto indesejado do encontro, nas celas do presídio





da Ilha Grande, entre os presos comuns e os presos políticos de esquerda, todos agrupados pela Lei de Segurança Nacional.

A reboque deste deslocamento de foco, silencia-se, cada vez mais, a *contribuição* das práticas e dos grupos de extrema direita no processo de configuração das violências na cidade e no Estado, especialmente o uso da tortura e do extermínio como controle dos territórios e exercício de um poder local que se organizaria, também, pela apropriação, por parte desses grupos, das instâncias de Estado que deveriam, justamente, ser responsáveis pelo papel de administração dos conflitos entre iguais (cidadãos).

Assim, há um movimento inversamente proporcional nos fluxos informativos. De um lado, a figura do *traficante de drogas* assume *protagonismo discursivo* nas páginas e nos debates. De outro, é afastada das coberturas a mutação nas atividades ilícitas praticadas pelos integrantes dos antigos grupos de extermínio e das associações paramilitares que praticavam a tortura e o combate à guerrilha. Tais personagens, de modo cada vez mais distante dos holofotes, passam a desenvolver outras formas de *crime organizado* (como o jogo do bicho e as milícias) e também a incorporar suas atividades de justiça e vigilantismo dentro das forças estatais, não por acaso, sob o argumento da necessidade de uma repressão mais intensa ao iniciante tráfico de drogas.

É tendo como base essa migração interpretativa sustentada por um complexo jogo discursivo entre memória, esquecimento, direcionamentos de sentido e gestos de silenciamento, que detemos nossa análise sobre algumas coberturas veiculadas pelo *Jornal do Brasil* em 1981. Defendemos que a escolha deste corte temporal se justifica pelos acontecimentos que sucederam ao longo do período no qual a *abertura lenta e gradual* rumo à democracia era explicitada como compromisso do governo Figueiredo.





Aquele foi tanto o ano de aparição mais evidente do *Comando Vermelho* (e do correspondente ganho de força de seu *mito de origem*); quanto aquele no qual os ataques à bomba praticados por terroristas de extrema direita ganham culminância e visibilidade midiática. É também como resposta ao suposto crescimento da violência que ganha força a incorporação, nos cargos centrais das Secretarias de Estado do Rio de Janeiro, de militares de extrema-direita sabidamente envolvidos em denúncias de tortura e execução de militantes de esquerda no período da luta armada.

Lançar um olhar às coberturas jornalísticas realizadas há mais de quarenta anos não é apenas um trabalho de historiografia a esclarecer acontecimentos que já não diriam respeito aos dias atuais. Defendemos uma outra visada: foi precisamente naquele momento que se deram a ver mais explicitamente algumas perspectivas que até hoje se manifestam ao tratarmos da problemática da violência urbana nas grandes cidades brasileiras. Nossa proposta analítica reside justamente em atualizar algumas evidências dessas matrizes políticas de modo a podermos entender de forma mais adequada práticas que no presente ainda norteiam uma série de ações governamentais, especialmente aquelas que pretendem acentuar, cada vez mais, o processo de militarização da vida cotidiana no Brasil.

Nesse sentido, cabe lembrar a proposta de Benjamin (1996) de fazer do olhar da pesquisa uma tarefa que consiste em escovar a história a contrapelo. Não estamos diante, portanto, de uma sucessão de acontecimentos que se assemelharia a uma marcha rumo ao progresso e cujo desenrolar se explicaria de forma teleológica (e inevitável) em um tempo para sempre vazio e homogêneo. Benjamin lembra que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo *como ele de fato foi*. Significa apropriar-se





de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1996, p.224).

Atualizar, nos dias de hoje, uma leitura do advento de episódios emblemáticos ligados ao surgimento do *Comando Vermelho*, em coincidência temporal ao acirramento da repercussão de atentados terroristas perpetrados por forças de extrema direita não significa localizar, temporalmente, algo como o início de uma trajetória cuja linha de chegada se situaria inevitavelmente no agora. Assim, focar as lentes da análise naquele período é uma forma, também, de perceber o caráter parcial (e ideológico) daquelas interpretações políticas de uma forma mais explícita do que as evidências de verdade incontestável com as quais se apresentam atualmente.

Pêcheux (1997) nos lembra como os processos de inscrição do acontecimento nos espaços da memória podem se dar pelo apagamento (o acontecimento que não chega a se inscrever) e/ou pela absorção (como se o mesmo não tivesse ocorrido). A esse respeito, Orlandi (2002) acrescenta uma terceira possibilidade: daquele que escapa à inscrição por intervenção da censura, compreendida pelo que, em outro trabalho, a autora estabelece como silenciamento local (1997). Veremos, no percurso arqueológico abaixo, em que medida tais possibilidades se apresentam durante a emergência discursiva do *Comando Vermelho* como personagem nas páginas policiais do *Jornal do Brasil* daquele período.

## **2. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: NOSESTERTORES DA DITADURA, A RECONFIGURAÇÃO DE VELHAS VIOLÊNCIAS**

Se os sentidos são social e historicamente constituídos, cabe ao trabalho interpretativo do analista dimensionar as condições a partir das quais determinadas discursividades são engendradas a partir da irrupção





dos acontecimentos. A intensidade do desenrolar dos fatos no período analisado nesse artigo pode ser ilustrada pela breve menção da sequência dos principais acontecimentos violentos que tiveram lugar no Rio de Janeiro ao longo do conturbado ano de 1981.

Os primeiros meses acompanharam uma sucessão de notícias muito semelhantes às que já ocupavam as páginas da imprensa ao longo do ano anterior: a multiplicação de atentados à bomba em bancas de jornal, supermercados, ônibus e contra instituições e figuras políticas que defendiam a redemocratização do país. Os acontecimentos mais graves do ano anterior na cidade ainda repercutiam no debate, especialmente as cartas-bombas enviadas à Sede da OAB e à ABI, quando os meses de março e abril de 1981 foram palco de outros atentados, dentre os quais, os mais graves tendo se voltado contra a sede do jornal *Tribuna da Imprensa* e à casa do então deputado federal Marcelo Cerqueira, advogado respeitado especialmente pela defesa de presos políticos nos tribunais.

O destaque jornalístico dado à sequência de atos praticados pelos grupos de extrema direita contrários à política de abertura do Governo Figueiredo teve seu ápice na malsucedida tentativa de ataque ao Riocentro, na noite do dia 30 de abril, onde acontecia um festival de música que comemorava o dia do trabalhador com um público de mais de 15 mil pessoas. A morte de um sargento do exército e o ferimento de um capitão deslocou o debate sobre o impacto daqueles cerca de 40 atentados no curto espaço de tempo de 16 meses (ARGOLO, 1995). Embora os envolvidos tenham sido inocentados nas investigações que se seguiram, ficou evidente a participação de integrantes das forças armadas na tentativa de incriminar fictícios grupo de esquerda nos episódios por eles perpetrados.







É exatamente neste momento de forte visibilidade das práticas violentas de extrema direita que irromperá evidências de um *novo* tipo de violência urbana: dessa vez praticada por bandidos que teriam se organizado politicamente enquanto apenados no presídio da Ilha Grande. No dia 04 deste mesmo mês de abril que terminaria com o atentado à bomba do Riocentro, o Rio de Janeiro acompanhou as vinte e duas horas de cerco policial a apenas um homem entrincheirado em um apartamento de um condomínio popular no bairro da Ilha do Governador. O episódio, que posteriormente passou a ser chamado de *400 contra um*, marcou discursivamente a entrada em cena do *Comando Vermelho*.

Para se ter uma ideia ainda mais clara da importância dessa coincidência de acontecimentos, vale lembrar que 1981 também foi o ano do assassinato de Mariel Mariscot, fundador, no final dos anos 1960, do *Esquadrão da Morte*, principal grupo de extermínio da cidade. No momento de sua morte, Mariscot cumpria pena em regime semiaberto e trabalhava em um projeto de ressocialização de presos da própria Vara de Execução Penal. Foi assassinado, no entanto, quando ia participar de uma reunião com vários bicheiros que disputavam pontos de contravenção no Grande Rio. O episódio deixava antever, implicitamente, de que forma acontecia, naquele momento, uma migração das atividades criminosas da extrema direita: do justicamento de prováveis criminosos ao controle da contravenção em certa medida amparada pela atuação simultânea de seus integrantes nos órgãos estatais.

Não é objetivo deste artigo a análise de todos esses acontecimentos. Sua menção se justifica por materializar a inspiração arqueológica de Foucault (2012) na escolha dos recortes de análise: é no momento em que





as regularidades dos sentidos estão ameaçadas que os jogos de relação de poder, em mutação, ficam mais evidentes. É fundamental, portanto, perceberde que forma a emergência de um novo tipo de violência (a do tráfico de drogas) vai ofuscar a atenção da opinião pública para outras práticas igualmente violentas que continuariam sendo perpetradas, dessa vez para além dos holofotes midiáticos (e que permitiriam o surgimento, já naquele período, do que hoje conhecemos como milícias).

### 3. APONTAMENTOS METODOLÓGICOS DAS ANÁLISES

Para averiguar nossa hipótese realizamos um levantamento de reportagens acerca dos principais acontecimentos ligados à violência urbana no Rio de Janeiro num período inicialde 1971 a 1983. Após esse primeiro trabalho de análise, nos detemos na observação mais atenta das matérias entre 1979 e 1981, que concentravam, de modo mais evidente os fluxos informativos em disputa. Dessa forma, observamos 40 reportagens publicadas no *Jornal do Brasil* ao longo do período.

A escolha desse diário se justifica por duas razões: primeiramente porque tratava-se, naquele momento, de um jornal preocupado em construir uma imagem de independência em relação ao governo federal e em defesa da abertura política então em curso. Outra razão da escolha foi o fato do *Jornal do Brasil* não se dedicar prioritariamente a veicular notícias sobre violência, como alguns diários mais populares. Assim, analisá-lo permite evidenciar de modo mais distanciado as estratégias discursivas engendradas.

Dito de outra forma, optar pela análise de reportagens sobre violência num jornal que não se dedica tão intensamente ao tema é ter um pouco da dimensão de como alguns dos acontecimentos principais do período tomaram





de tal forma a agenda pública que não puderam ser ignorados nem pelos jornais cujas linhas editoriais se notabilizavam pela sobriedade em relação aos temas mais sensacionais.

Ainda do ponto de vista metodológico, ao longo das quarenta reportagens analisadas previamente, alguns episódios se notabilizaram com mais regularidade e são aqueles que nos oferecem mais subsídios para reflexão. Com base na percepção das recorrências de natureza dos conteúdos veiculados - seja pelo tipo de acontecimentos reportados, ou pelas formas como os mesmos eram tratados discursivamente - foi possível estabelecer uma tipificação que desse conta de quatro conjuntos de materiais que nos ajudaram a traçar de modo mais amplo o panorama discursivo posto em funcionamento a partir do desenrolar dos fatos.

Foi possível, portanto, agrupar três conjuntos distintos de reportagens: i) matérias sobre rebeliões e assassinatos nos presídios do Rio de Janeiro, especialmente o de Ilha Grande; ii) notícias a respeito de conflitos violentos entre traficantes da recém-nomeada *Falange Vermelha/Comando Vermelho* e a polícia; eiii) reportagens que repercutiam esses diferentes acontecimentos, que puderam ser subdivididas entre aquelas que apresentavam ou cobravam respostas das autoridades constituídas e as outras que buscavam ouvir fontes cujo objetivo seria explicar ao público o que estava acontecendo.

Cabe ressaltar que a divisão é uma construção analítica nossa e não do veículo. Em várias edições, inclusive, pode-se perceber a mesma cobertura a reunião de elementos desses diferentes níveis analíticos (relato do acontecimento violento, a repercussão das autoridades e a interpretação das fontes especializadas). Com essa tipificação, mais do que uma análise quantitativa das reportagens veiculadas o que se pretendeu foi estabelecer





marcos que permitissem o melhor entendimento qualitativo do funcionamento discursivo das reportagens.

Assim, traçamos abaixo uma arqueologia dos modos como o advento do *Comando Vermelho* foi se consolidando discursivamente naquele período. Nosso objetivo não foi a descrição exaustiva das reportagens, mas a percepção dos modos como as principais discursividades foram sendo acionadas. Algumas perguntas serviram de parâmetro para a análise. Há diferenças entre os modos de relatar as violências perpetradas pela extrema direita e as protagonizadas pelos fundadores do Comando Vermelho? Quais diferentes sentidos, acontecimentos, ideologias e ponto de vistas são acionados (ou silenciados) por tais eventuais diferenças? Quais as fontes especializadas prioritariamente ouvidas e quais as mais silenciadas ou (des)legitimadas? Quais efeitos de sentido foram propostos ou pretendidos por tais preferências e escolhas? É possível identificar, nos textos das notícias, valorações discursivas distintas sendo atribuídas aos diferentes atores políticos protagonistas dos acontecimentos reportados?

Seguimos, aqui, a proposta teórico-metodológica de Orlandi (2009) da construção de um dispositivo de análise que dê conta, não apenas de entender os textos, mas de conseguir evidenciar seu funcionamento discursivo. Remete-se, assim, os textos primeiramente analisados (no presente artigo, as matérias jornalísticas) ao seu contexto de produção, aos múltiplos lugares políticos discursivamente acionados e às relações dialógicas que se estabelecem de modo intertextual. Mais do que interpretar os *sentidos verdadeiros* dos textos, a análise deve ser capaz de explicitar e compreender seus processos de significação (sociais, políticos, culturais, históricos).





Mariani percebe o jornalismo como uma prática social capaz de divulgar acontecimentos e organizar seus desdobramentos no mesmo gesto em que “legítima, enquanto passado – memória - a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro” (MARIANI, 1993, p. 33). Em outros trabalhos já evidenciamos como a instância jornalística articula estratégias discursivas e de autoridade enunciativa capazes de apresentar à audiência *evidências incontestáveis de verdade* no mesmo movimento em que mobiliza os receptores no acatamento das ações relatadas do modo que são interpretados. Ao nos referirmos às empresas produtoras de conteúdo jornalístico estamos, portanto, nos referindo a um ator político que, no gesto mesmo de se (auto)atribuir a função de informar, conforma os acontecimentos e suas possibilidades de recepção e atualização (MENDONÇA, 2002).

Será justamente por essa percepção do trabalho discursivo da instância jornalística que a análise aqui realizada não buscou denunciar eventuais erros ou *manipulações* das coberturas jornalísticas. O objetivo foi, outrossim, entender de que forma o debate público sobre a capacidade de *nomear os fatos* se deu naquele recorte temporal. Assim, mapear quais os principais eixos interpretativos estavam em jogo naquele período permitiu ajudar a entender como, com o passar do tempo e da sucessão de acontecimentos violentos relatados, alguns desses eixos foram deixados de lado enquanto outros foram se configurando em interpretações hegemônicas que passaram a sedimentar argumentos a ponto de, quarenta anos depois, acabarem por se cristalizar na memória discursiva jornalística como evidências incontestáveis da verdade dos fatos e das causas do problema da violência urbana no Brasil dos dias de hoje.





#### 4. BREVE ARQUEOLOGIA DO COMANDO VERMELHO NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL

Como dissemos mais acima, as condições de produção do advento discursivo do *Comando Vermelho* nas páginas dos jornais apontam para a coincidência entre esse fato e o gradativo silenciamento a respeito da migração de práticas criminais de extrema direita. O resultado deste *esquecimento* é, justamente, a cristalização no senso comum de que a *origem* do problema da violência nos dias de hoje foi o encontro, nos presídios cariocas, dos bandidos comuns com os presos políticos, todos então enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Não se pretende aqui evidenciar a falsidade dessa versão mitológica, mas sim verificar como se deu o processo complexo e dialógico de (re) produção de sentidos no momento mesmo de emergência desse acontecimento discursivo. Percebe-se, no período, múltiplas posições interpretativas a respeito daqueles fatos. Cabe agora, portanto, averiguar os diferentes graus de viabilidade, credibilidade e legitimidade do que foi dito (ou silenciado) pelas diferentes fontes.

Iniciamos nosso percurso temporal nos anos de 1972 e 1978 para ilustrar de que forma se deram as primeiras associações às práticas de organização dos presos ao campo semântico já utilizado para se referir às ações de esquerda. O JB de 15/12/1972 noticiava a condenação de quatro militantes que enfrentavam a ditadura dizendo que os mesmos foram denunciados por “tentativa de reorganizar a *falange subversiva* Fração Bolchevique Trotskista – IV Internacional” (JB, 15/12/1972). Exatamente seis anos após essa reportagem, temos a primeira menção ao problema do descontentamento dos presos em virtude dos maus tratos sofridos na cadeia.



Em dado momento da reportagem, é ouvido o então Secretário de Justiça que alertava para o aumento da animosidade nos presídios, explicando achar “que a tensão se deve à transferência dos presos da Ilha Grande – a **falange** como são conhecidos por sua periculosidade – para os demais estabelecimentos” (JB, 15/12/1978). O grifo, dessa vez do próprio jornal, aponta para a novidade da forma de nomeação, pelo Secretário, ao grupo e ao fator que explicaria o descontentamento dos presos, desviando o foco das acusações da denúncia de maus tratos.



(Jornal do Brasil, 15/12/1972 e 15/12/1978)

A situação dos presídios no Rio de Janeiro do final dos anos 1970 se agravou em virtude do início de um longo projeto de fechamento do presídio de Ilha Grande, que se iniciou em 1978, quatro anos após a remoção de todos os presos políticos da unidade (processo esse que só foi concluído com a demolição do prédio em 1994). Tal proposta de reconfiguração da distribuição da população carcerária respondia a dois objetivos: abrir a possibilidade da ampliação do turismo em Ilha Grande, do lado econômico, e também tentar reduzir a quantidade de fugas de internos que acontecia regularmente. No



momento da reportagem mencionada acima, os presos removidos para outras instituições penais da cidade estavam tendo dificuldade de adaptação e denunciavam perseguições e torturas. Já o Estado era cobrado pela opinião pública pela incapacidade de evitar as fugas de presos da Ilha Grande, fato que apontava, constantemente, para indícios de conivência de alguns guardas.

Não cabe aqui realizar um histórico da situação carcerária do Rio de Janeiro no período. Nos interessa reter, isso sim, o fato de que havia uma constante preocupação dos grupos de direitos humanos com a forma como os agentes do Estado tratavam os presos em custódia, juntamente com as evidências de corrupção do sistema carcerário como um todo. Essa percepção é importante para nosso trabalho porque, com o agravamento das tensões nos presídios nos anos seguintes, cada vez mais retornarão as versões oficiais de que o problema não estaria na forma como o Estado administrava as prisões, mas sim na nova modalidade de *parceria criminal* que surgira no cárcere. Percebe-se, também, que, se por um lado havia já o uso do termo *falange* para aproximar o problema ao espectro da esquerda, ainda não aparecia a palavra *vermelho* igualmente associada ao *medo do comunismo*, tão agenciado pelos órgãos de repressão.

#### **4.1. VERSÕES CONTRADITÓRIAS PARA UM MESMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO**

Ao pensar a irrupção do Maio de 1968 na França, Orlandi (2002) retrabalha a categoria de *acontecimento discursivo*, proposta inicialmente por Foucault (2012), como aqueles episódios que permitem a abertura de novas discursividades, produzindo efeitos metafóricos que afetariam a história, a sociedade e os sujeitos nas mais variadas frentes. Diante de momentos







de ruptura nas ordens de sentido estabelecidas, há um chamamento à (re) interpretação, inerente ao processo mesmo de significação. Tais esforços discursivos permitem, muitas vezes, o surgimento do *novo*, como foi o caso francês. Em outras situações, no entanto, a ameaça à estabilidade do *status quo* acaba resultando em esforços de reorganização dos sentidos anteriores e o apagamento das especificidades postas em ação.

O advento do *Comando Vermelho* como acontecimento violento não resultou, evidentemente, no mesmo grau de impacto dos protestos que ocorreram em diversas partes do mundo nos anos 1960. A analogia que propomos é ao fato de que a situação nos presídios permitia antever, nas páginas dos jornais, aspectos do funcionamento autoritário do Estado brasileiro, especialmente nos modos de administrar a questão da segurança pública. Essa visibilidade abriu espaço para um debate sobre a legalidade das ações de repressão e as respeitadas explicações possíveis para o surgimento daquele tipo de organização dos presos.

É nesse cenário de ameaça aos sentidos até então estabilizados que, em outubro 1980, a *Revista Isto é* publica uma ampla reportagem que, citando como fonte um relatório de 1979 escrito pelo Major Nelson Salmon, então diretor do presídio de Ilha Grande, inaugura a versão de que o motivo dos presos estarem mais organizados seria o encontro, no cárcere, dos criminosos comuns e dos presos políticos, ainda no início dos anos 1970. A reportagem também mencionava a existência de um fundo arrecadado pelos presos que seria usado para financiar as fugas.

Ainda durante os dias que repercutiam a reportagem da revista semanal, uma nova fuga de presos acabou sendo responsável pela primeira menção do mito de origem e do termo *Comando Vermelho* nas páginas do *Jornal*





do Brasil. A edição de 21/10/1980 apresenta, em uma reportagem de página inteira com várias retrancas, uma pluralidade de versões e interpretações sobre o problema dos presídios.

A primeira das matérias traz a transcrição da entrevista feita com o preso William da Silva Lima, conhecido como Professor, um dos fundadores do *Comando Vermelho*. Lima não só nega a influência dos grupos de esquerda para a tomada de consciência dos presos, como atribui a organização dos mesmos a uma necessidade de defesa diante das condições desumanas dos presídios.

#### **Assaltante explica fundo de fuga**

Durante sua apresentação à imprensa, na Secretaria de Segurança Pública, William da Silva Lima disse a um dos policiais da Divisão de Roubos e Furtos que o escoltava - que lhe perguntou sobre a técnica que os assaltantes teriam aprendido dos subversivos - que “aprendemos apenas o que nos interessava, mas nunca aceitamos ter qualquer transação com eles. Se vocês querem saber como se vive na Ilha Grande, é só ir lá”. (*Jornal do Brasil*, 21/10/1980)

Logo abaixo da entrevista, no entanto, o jornal apresenta a segunda retranca com as declarações do então Secretário Estadual de Justiça que, por sua vez, confirma a origem do *Comando Vermelho* e cita o relatório de 1979.

#### **Erasmus afirma que denúncia é real**

O Secretário Estadual de Justiça Erasmo Martins Pedro disse, ontem, que as denúncias publicadas pela *Revista Isto é* sobre a existência de uma quadrilha (LSN ou Comando Vermelho) atuando no interior das prisões é real e foi exposta ao então Ministro da Justiça, Petrônio Portella, em agosto de 1979, em extenso relatório.

“O crime organizado adquiriu novas modalidades a partir da absorção de knowhow dos criminosos políticos e, para que a situação se modificasse, propusemos três medidas: a ativação do Conselho Nacional de Política Penitenciária, a elaboração de um código de execuções penais e a criação do Sistema Penitenciário Nacional”, acrescentou o Secretário. (*Jornal do Brasil*, 21/10/1980)[Sublinhado nosso]





Percebe-se, na fala do Secretário, que o argumento da *profissionalização criminal* dos presos era importante para sustentar o desejo de federalização da administração dos presídios. Nada foi mencionado na entrevista, no entanto, a respeito do que fazer para combater a corrupção interna dos guardas que teriam recebido propina para facilitar a fuga dos presos. A reportagem, como todas as outras analisadas, silencia, igualmente, o fato do relatório que apresenta a versão da influência dos presos políticos sobre os comuns ter sido elaborado justamente pelo mesmo Diretor responsável por investigar e punir os guardas suspeitos de corrupção.

A terceira retranca que encerra a reportagem traz a versão de uma fonte inusitada: o fundador do *Esquadrão da Morte*, Mariel Mariscot que cumprira pena em Ilha Grande e que aparece como testemunha da rotina dos presos.

### **Mariel nega a influência política**

Para o ex-homem de ouro da polícia carioca Mariel Mariscot de Matos, “não existe esse fundo de fuga”. Preso por quatro anos na Ilha Grande, ele garantiu, ontem, que “se fosse uma questão de dinheiro eu tinha fugido muito antes” e negou a influência dos presos políticos sobre os comuns: “a quadrilha de Lucio Flavio fazia assaltos a banco tecnicamente muito mais perfeitos do que os dos grupos de esquerda”. (...)

O fato de haver um Comando Vermelho, de presos políticos, não significa, segundo Mariel, que eles tenham influência sobre os criminosos comuns. Ele lembrou que se fosse uma questão de “ensinar os presos comuns a se organizarem,(...) não seriam os grupos de esquerda que ensinariam isso a eles, pois eles nunca foram organizados”. (*Jornal do Brasil*, 21/10/1980)

Um aspecto importante que chama a atenção na reportagem é o tratamento dado a Mariscot pela reportagem. Enquanto William da Silva Lima é apresentado como assaltante, o ex-policial é retratado pelo primeiro nome e como homem de ouro da polícia. O respeito e a intimidade com que





o repórter se refere à fonte acaba por ampliar ainda mais os argumentos de Mariscot que, vale lembrar, naquele momento ainda cumpria pena, não mais em Ilha Grande, mas em regime semiaberto.

### Assaltante explica fundo de fuga

A entrevista de um fã do futebol de Ilha Grande, do jornalista para a imprensa de Mariscot, foi o ponto de partida para a reportagem de hoje. O jornalista, ao investigar, descobriu que o assaltante era o mesmo que, em 1980, havia sido condenado a prisão por roubar um caminhão de leite.

**Comando**  
O comando do assalto foi liderado por Wilson de Souza Lima, um ex-policial militar que se tornou chefe de uma facção de Ilha Grande. Ele é conhecido por ser um líder carismático e por ter sido responsável por vários outros crimes.

**Solidariedade**  
O crime aconteceu no dia 15 de maio, quando um caminhão de leite estava sendo transportado por uma estrada de terra. O veículo foi cercado por um grupo de homens armados, que obrigaram o motorista a parar o veículo e a entregar o conteúdo.

**Erasmus afirma que denúncia é real**

O Secretário Estadual de Justiça, Erasmus Mariscot, afirmou que a denúncia feita pelo jornalista é verdadeira. Ele afirmou que o crime aconteceu em Ilha Grande, no dia 15 de maio de 1980, e que o assaltante era o mesmo que havia sido condenado a prisão por roubar um caminhão de leite em 1980.

**Interiorização**  
A reportagem foi produzida em Ilha Grande, onde o jornalista passou alguns dias entrevistando fontes locais. Ele afirmou que o crime aconteceu em uma área pouco conhecida da ilha, o que dificultou a investigação.

**Mariel nega a influência política**

Mariel, o chefe da facção de Ilha Grande, negou qualquer influência política no crime. Ele afirmou que o crime foi planejado e executado por membros da facção, sem qualquer envolvimento de autoridades locais.

### Erasmus afirma que denúncia é real

O Secretário Estadual de Justiça, Erasmus Mariscot, afirmou que a denúncia feita pelo jornalista é verdadeira. Ele afirmou que o crime aconteceu em Ilha Grande, no dia 15 de maio de 1980, e que o assaltante era o mesmo que havia sido condenado a prisão por roubar um caminhão de leite em 1980.

**Interiorização**  
A reportagem foi produzida em Ilha Grande, onde o jornalista passou alguns dias entrevistando fontes locais. Ele afirmou que o crime aconteceu em uma área pouco conhecida da ilha, o que dificultou a investigação.

### Mariel nega a influência política

Mariel, o chefe da facção de Ilha Grande, negou qualquer influência política no crime. Ele afirmou que o crime foi planejado e executado por membros da facção, sem qualquer envolvimento de autoridades locais.

**Solidariedade**  
O crime aconteceu no dia 15 de maio, quando um caminhão de leite estava sendo transportado por uma estrada de terra. O veículo foi cercado por um grupo de homens armados, que obrigaram o motorista a parar o veículo e a entregar o conteúdo.

A edição do dia seguinte do jornal traz uma reportagem sobre a transferência dos presos suspeitos de integrarem a facção criminosa. Na íntegra



do texto, dessa vez, somem as versões contraditórias sobre a influência da esquerda sobre os presos comuns. A matéria conta com um box informativo que *relembra* as informações do relatório do Major Salmon. No lugar das interpretações múltiplas do dia anterior, o periódico assume apenas a fonte oficial como aquela que possui a verdade dos fatos:

### **Ex-diretor do presídio denunciou quadrilhas**

Um dos relatórios assinados pelo ex-diretor do Instituto Penal Candido Mendes, na ilha Grande, Major da PM Nelson Bastos Salmon, confirma a existência de falanges – formadas por presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional por assalto a banco ou sequestro – e faz nas suas 37 páginas um completo levantamento, incluindo necessidades materiais. (...) Com a extensão da Lei de Segurança Nacional aos presos comuns eles passaram a conviver com os presos políticos adquirindo o que o Secretário chamou de KnowHow. (...)

E acrescenta: “Os presos da Lei de Segurança Nacional, numa ação inteligente, se uniram aos piores presos comuns formando uma quadrilha que, só na Ilha Grande, tem cerca de 60 detentos e que vem agindo como um verdadeiro Sindicato do Crime”. (*Jornal do Brasil*, 22/10/1980)

O último tipo de fonte informativa que faltava é apresentado aos leitores em uma reportagem no terceiro dia seguido de reportagens sobre o assunto: trata-se de Jorge Raimundo Junior, um ex-presos político de Ilha Grande que, como William e Mariscot, igualmente nega tanto a influência como a associação da esquerda com os criminosos comuns.

### **Preso Político Condena Subterrâneo**

Para Jorge Raimundo Junior, de 33 anos, ex-presos político que ficou cinco anos na Ilha Grande, a decisão da Secretaria de Justiça de colocar os presidiários mais perigosos em celas subterrâneas “é uma medida que aumentará ainda mais a violência nas prisões”. (...)

Disse que quando saiu da Ilha Grande, em 1975, os assaltantes de banco condenados com base na Lei de Segurança Nacional já estavam se organizando em grupos, “alternativa que eles encontraram para





enfrentar a repressão policial no presídio. Nós não ensinamos nada; eles devem ter seguido nosso exemplo de organização e de reação". (...) Quando começaram a chegar os criminosos comuns, os presos políticos tentaram uma aproximação pacífica mostrando o tipo de vida que levavam naquela galeria(...).

"Já no final de 1971 nosso relacionamento com eles era muito difícil porque eles aumentaram de número e (...) eram muito violentos(...). De forma alguma ensinamos eles a se organizarem. Se houve uma influência nossa, foi muito sutil, inclusive porque era interesse da Justiça Militar que nós fossemos confundidos com presos comuns", disse. (*Jornal do Brasil*, 23/10/1980).

Os trechos acima destacados do relato de Raimundo Junior ajudam, inclusive, a entendermos uma temporalidade importante. O encontro entre presos comuns e políticos se deu entre o início de 1970 e o final de 1971. A partir do recrudescimento das relações, houve a construção de um muro entre as celas, o que reduziu bastante o contato entre ambos. Ou seja, o Major Salmon apresenta, em um relatório de 1979, que a causa da organização dos presos comuns seria um encontro que se deu, de forma conflituosa e conturbada, entre 1970 e 1971, pelo menos oito anos antes da elaboração de seu texto. Chama a atenção da análise o fato da reportagem não questionar ou problematizar a versão do relatório do Major a partir dos dados levantados pelo ex-presos político.



O assunto *Comando Vermelho* voltaria às páginas do *JBem* exatos quatro meses após os debates até aqui analisados. Em 23/02/1981, uma reportagem grande de segunda-feira, que reverbera a série de rebeliões violentas que ocorreram naquele início de ano na Ilha Grande, marca, na sequência temporal de leituras até aqui, o momento de naturalização do mito de origem do CV. Nota-se, na reportagem transcrita abaixo, que o debate sobre a veracidade ou não da influência da esquerda sob os presos comuns dá lugar à simples apresentação pelo jornalista da explicação causal sem a necessidade de explicitar fontes que embasem a informação.



(*Jornal do Brasil*, 23/02/1981)

Percebe-se que, ainda no lide da matéria, o trabalho de apagamento das versões conflitantes se materializa na breve menção ao ex-diretor como responsável pela conclusão, seguido pelo final do parágrafo (“O aprendizado com ex-presos políticos se iniciou em 1970 quando os assaltantes de bancos foram condenados pela Lei de Segurança Nacional e passaram a conviver na Ilha Grande”), no qual a reportagem desloca a explicação do status de declaração de fontes para o de informação precisa.



Em resumo, em apenas quatro meses a tese da influência dos presos políticos na existênciado *Comando Vermelho* deixa de ser objeto de debate (no qual criminosos comuns, integrantes de grupos de extermínio e militantes presos eram uníssonos na recusa da tese defendida pelas fontes oficiais) para se tornar explicação recorrentemente aceita. O mais grave, nesse sentido, é que nenhuma das reportagens apresenta trechos ou evidências da existência material do suposto relatório escrito pelo Major Salmon. Mais de dez anos depois dos acontecimentos aqui relatados, o jornalista Carlos Amorim descreveria, em livro que conta a história do *Comando Vermelho*, a confecção do relatório da seguinte maneira:

Toda essa matança sistemática levaria o comandante Nelson Salmon a redigir um documento ao Comando-Geral da PM, à época chefiado pelo coronel Nilton Cerqueira, o homem que organizou a caçada e a morte do líder guerrilheiro Carlos Lamarca, da VPR. Uma cópia do relatório vai para o Desipe, com minuciosa descrição da luta interna no presídio e suas prováveis consequências. O documento não é levado em conta. E hoje não há uma única pista do seu paradeiro nos arquivos oficiais do estado do Rio. (AMORIM, 1993, p.56)

Mais adiante, em seu livro, Amorim esclarece que à época do envio do relatório pelo Major Salmon a seus superiores o relatório acabou perdido no que chama de gavetas da burocracia judiciária. “Tive que pedir ao oficial que reescrevesse um resumo dos relatórios. Provavelmente sou agora a única pessoa a ter por escrito esse testemunho” (Idem, p.79). Em outras palavras, a única prova material que embasaria o que se considera, há quarenta anos, a *verdadea* respeito da proximidade entre esquerda e o *Comando Vermelho* é uma transcrição feita a pedidos por um jornalista mais de dez anos após sua *efetiva* confecção. Outro elemento que poderia colocar em perspectiva







ao lugar a partir do qual o mito de origem do CVé estabelecido é a própria trajetória de Nelson Salmon, descrita por Amorim no mesmo livro:

Na carreira desse oficial de 50 anos constam serviços para o DOI-CODI do Comando Militar do Leste. Ou seja: ele lutou contra as organizações de esquerda que desencadearam a guerrilha urbana no Rio de Janeiro. Esta pode ter sido, inclusive, uma das razões para assumir a chefia do destacamento da Ilha Grande. Naquela época não havia mais presos políticos na Galeria B, também conhecida como Galeria da Lei de Segurança Nacional”. (AMORIM, 1993, p.45)

Percebe-se, pelo relato, que o então Major possuía um histórico de combate aos presos políticos que estiveram, antes de seu comando, detidos na Ilha Grande. Não nos cabe, evidentemente, duvidar da veracidade das informações do relatório. De modo análogo, no entanto, teria sido no mínimo prudente que os jornalistas daquele período histórico pelo menos acrescentassem às reportagens pistas sobre a partir de qual ponto de vista ideológico as impressões defendidas no documentose assentavam.

O gesto de silenciar, nas matérias, seus aspectos evidentemente parciais pode ser também revelador de um traço comum entre os dizeres oficiais e jornalísticos. Se a formação discursiva é justamente aquilo que permite o que pode e deve ser dito a partir de determinadas situações históricas (PÊCHEUX, 1997), é sintomática a naturalização da escolha de um provável documento oficial, mesmo aquele ao qual quase ninguém tem acesso, como a prova prioritária da *verdade*. Essa *escolha* indica que tanto o relato jornalístico como as fontes oficiais compartilham de uma mesma posição na topografia discursiva daquele período. No caso em análise, aquela que desconsidera outras versões testemunhais do acontecimento em detrimento de uma relação causal conservadora. Uma evidência de sentido que cristaliza o enfrentamento à ditadura militar como





gesto criminoso no mesmo movimento em que silencia as práticas explicitamente ilegais da corrupção carcerária e do desrespeito aos direitos humanos pelos responsáveis por aplicar as penas de privação de liberdade.

E nesse sentido, nada melhor do que um acontecimento violento com repercussão midiática para explicitar ainda mais os efeitos políticos dessa sintonia no tecido social daquele momento histórico. É o que veríamos nos meses a seguir.

#### **4.2. AGINDO COMO A ESQUERDA: USOS POLÍTICOS DO TRABALHO DE APAGAMENTO DA MEMÓRIA NO 400 CONTRA 1**

É próprio do trabalho ideológico das formações discursivas, nas atualizações constantes do já-dito, não nos deixar perceber a materialidade histórica da construção das evidências de sentido (ORLANDI, 2009). Esse efeito de verdade transparente pode ser visto à exaustão ao longo da cobertura do episódio violento de 04/04/1981, que ficou conhecido como o gesto inaugural da gravidade do CV no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro: o *400 contra 1*. Apenas seis meses após os debates em torno das múltiplas versões acerca do surgimento do *Comando Vermelho*, o trabalho discursivo de apagamento das diferentes possibilidades de interpretação em detrimento da atualização de um já-dito que se apresenta como constatação evidente dos fatos se explicitam nas páginas do JB ao longo de toda aquela semana de abril.

O jornal reverberou, diariamente, os desdobramentos do que então havia sido o mais longo tiroteio da história da polícia carioca: por 22 horas, cerca de 400 homens, entre Policiais Civis e Militares, cercaram o fugitivo de Ilha Grande José Jorge Saldanha, o Zé Bigode. No episódio, antes de ser morto, o assaltante de bancos resistiu às mais potentes armas e acabou matando três detetives e ferindo outros seis homens das forças militares que



efetuavam o cerco. A desproporção entre as forças policiais e o número de bandido(s) cercado(s), bem como a virulência no uso de munição pesada e a longa duração do cerco explicam o destaque nos jornais ao longo da semana que sucedeu ao acontecimento.

Não faremos aqui uma descrição detalhada da totalidade da cobertura. Nos interessa explicitar de que maneira a emergência da associação do *Comando Vermelho* às prováveis práticas da guerrilha de esquerda cai como uma luva no que poderia ser um constrangimento para as forças das polícias civil e militar: como explicar a perda de tantas vidas para conter apenas um único criminoso foragido aquartelado em um apartamento de classe média baixa na Zona Norte do Rio de Janeiro? Evidenciaremos, portanto, como o medo irracional das práticas de esquerda substituíram a gritante incompetência da força policial em solucionar o problema.



(*Jornal do Brasil*, 06/04/1981)



Percebe-se já no título da retranscrição o enquadramento que atualiza a ideia de que mais do que uma eventual inspiração dos modos de organizar a rotina nos presídios, o que estaríamos vivenciando na cidade seria uma consequência direta da guerrilha de esquerda, ainda que a mesma já não estivesse em atividade há alguns anos. Não há mais vestígios, na reportagem, de algo como versões contraditórias ou debates interpretativos. Resta apenas a explicação – única e evidente – do poderio da facção.

### **Comando Vermelho age como esquerda**

O tiroteio no Conjunto dos Bancários, na Ilha do Governador, mostra que o **Comando Vermelho** adotou métodos de organização e de ação semelhantes aos utilizados pelos membros dos diversos grupos clandestinos de esquerda, que, no final dos anos 60 e início dos anos 70, entraram em confronto com o regime.

Os assaltantes dispunham de um **aparelho**, adotavam um comportamento de fachada, aproximando-se dos moradores sem levantar suspeitas. Essa semelhança não é obra do acaso mas consequência de um erro cometido – nos tempos do AI-5 – pelo aparelho de repressão, que conseguiu transformar todos os assaltos a banco (mesmo os cometidos pelos criminosos comuns) matéria de segurança nacional. Assim, os bandidos passaram a ser julgados em auditorias e misturados com presos políticos. Estavam criadas as condições para o nascimento do **Comando**. [*grifos do jornal*]. (Jornal do Brasil, 06/04/1981)

Vemos como agora, para além de uma possibilidade de explicação de uma novidade, o mito da influência entre os criminosos vira a justificativa do comportamento do criminoso e, principalmente, redime a incompetência policial durante o episódio. Assim, nota-se não ser aleatória a escolha das palavras para descrever a rotina do assaltante: o apartamento alugado vira *aparelho*; a rotina do dia a dia de qualquer morador de grandes cidades (culpados ou inocentes) se transforma em *adotar comportamento de fachada*



para aproximar-se dos moradores sem levantar suspeitas. Nada precisa ser mostrado, jornalisticamente, que comprove alguma especificidade no comportamento de Zé Bigode. Basta, ao repórter, escolher palavras que remetam semanticamente a uma memória discursiva de práticas de guerrilha. Se ainda tivermos dúvida da afinidade ideológica entre os modos de pensar das fontes oficiais e os relatos jornalísticos, o último parágrafo de uma das retrancas da reportagem é ainda mais revelador.

### **A parte da “caixinha”**

Os policiais consideram o **comando** tão organizado que tem escala de folgas para praticar assaltos. Bem armados, eles separariam religiosamente a quantia destinada à caixinha da Ilha Grande. (...). Com o tiroteio da Ilha, estourou o primeiro **aparelho** e é provável que existam outros, nos mesmos moldes. O curioso, nisso tudo, é que o atual Secretário de Segurança, General Waldir Muniz, e o Comandante Geral da PM, Coronel Nilton Cerqueira, foram ligados à comunidade de segurança, a mesma comunidade que ganhou a guerra movida contra os inspiradores (ainda que involuntários) do comando vermelho. [negrito do jornal e sublinhado nosso] (Jornal do Brasil, 06/04/1981)

Há vários gestos de silenciamento nessa reportagem. O jornal informa que os bandidos estão organizados, bem armados e que usam a caixinha para financiar suas fugas. Nenhuma menção é feita, no entanto, à provável participação de guardas que receberiam propina para facilitar tais ações, ou ainda ao modo como a grande quantidade de armas chegava às mãos do grupo. Além destes silêncios, a comemoração diante da *coincidência* de os comandantes serem oriundos do que o jornalista chamou de *comunidade de segurança* é ainda mais significativa. Naquele período já era sabido que as forças de repressão reuniam, em uma *comunidade de informações*, grupos militares e paramilitares cuja função, no momento mais violento da ditadura



civil-militar, era matar e torturar militantes e suspeitos de envolvimento com atividades de resistência ao regime militar.

Em que pese o erro no nome da organização, é evidentemente a essas atividades que o jornalista se refere. Amorim explica que a *comunidade de informações* chegou a reunir, incluindo os grupos paramilitares e clandestinos, “mais de 40mil pessoas, entre agentes federais, militares, policiais civis e das PMSrequisitados para a repressão política – e um número incontável deinformantes” (AMORIM, 1993, p. 46).

A apreciação destes aspectos do episódio da Ilha do Governador é reveladora, portanto, do duplo processo de agenciamento de memórias e silêncios nas coberturas jornalísticas do período. Exacerbar eventuais métodos *de esquerda* nas ações de criminosos comuns permitiadesviar o debate da ineficiência das forças de repressãoao mesmo tempo em que sedimentava as condições para que os grupos militares e paramilitares de extrema direita ocupassem cargos nos órgãos estatais de segurança pública. Parafraseando uma das reportagens aqui citadas, podemos concluir que estavam criadas as condições para o nascimento (ou para a atualização) das milícias e de um estado cada vez mais militarizado no Rio de Janeiro.

#### **4.3. A GUERRA CONTRA O CRIME: A MILITARIZAÇÃO DA VIDA COMO SOLUÇÃO INQUESTIONÁVEL**

Vimos, até aqui, de que forma esse complexadiscursividade permitiu o engendramento, nas páginas dos jornais, de um efeito de sentido tão eficiente quanto fantasioso – o de que a causa prioritária da violência urbana seria o breve e improvável encontro de militantes de esquerda e criminosos comuns e não o profundo embaralhamento entre as práticas cotidianas de tortura





e extermínio e as ações estatais que deveriam, à luz da lei, administrar os conflitos sociais no país.

A esse respeito, Misse (1999) percebe que, mesmo com a tentativa frustrada de igualar *bandidos e guerrilheiros*, a guinada ainda mais radical no regime pós AI-5 gerou frutos dos quais ainda hoje não conseguimos nos livrar.

A arbitrariedade tradicional da polícia, que inventara o “esquadrão da morte” ainda em meados dos anos 1950, se estenderá aos órgãos repressivos da ditadura militar. A tortura e as execuções sumárias tanto de militantes da esquerda armada quanto de criminosos comuns produzirão um fantasma condensado da repressão, envolvendo, talvez pela primeira vez na história da República, os militares e a polícia. (MISSE, 1999 p.45)

Pinheiro, por sua vez, percebe como essa imbricação vai moldar o enquadramento a partir do qual toda a questão de segurança pública passará a ser interpretada: a metáfora bélica como instrumento prioritário do Estado na administração dos conflitos e das contradições fundantes da sociedade brasileira.

A “guerra contra o crime” das polícias militares vai ser beneficiada com as mesmas garantias que gozava no enfrentamento da luta armada: passa a não ter fronteiras com a guerra “permanente”(...). Vai pelos ares a distinção formal entre a violência policial estrita e a violência político-repressiva. (...) As polícias militares se comportam como se tivessem enfrentando um “inimigo interno” que precisa ser liquidado. (PINHEIRO, 1982, p.66)

Um exemplo do grau a que chega tal utopia do extermínio nas ações do Estado pode ser percebido no debate que irrompe nos jornais no mês de agosto de 1981: o choque de parcelas da população e da própria imprensa diante da escolha do novo distintivo da recém-criada tropa de elite da polícia civil.





(*Jornal do Brasil*, 12 e 13/08/1981)

Ao longo de três dias o JB repercute a indignação de deputados estaduais e de entidades da sociedade civil, como a OAB e a ABI, diante da escolha de uma faca cravada numa caveira como símbolo do Núcleo da Companhia de Operações Especiais (NuCoe), criado pelo então Comandante da PM Coronel Newton Cerqueira, justamente para combater o que os jornais chamavam de escalada incontrolável da violência. A PM não escondia que a tropa de elite precursora do Bope era formada pelos quadros que anteriormente combateram o que o Exército nomeava como focos de guerrilha. Chama a atenção também o fato de o símbolo atualizar exatamente a marca registrada do Esquadrão da Morte.

Percebe-se, portanto, a escolha de uma atualização iconográfica que materializasse a incorporação, cada vez mais profunda, das práticas de justificação e vigilantismo pelos aparelhos repressores em sua guerra constante de extermínio do inimigo. A novidade, que merece ainda um último olhar analítico nosso, pode ser melhor compreendida no editorial publicado pelo JB de 13/08/1981, que comemorava o recuo, naquele momento, da escolha do polêmico símbolo do NuCoe.



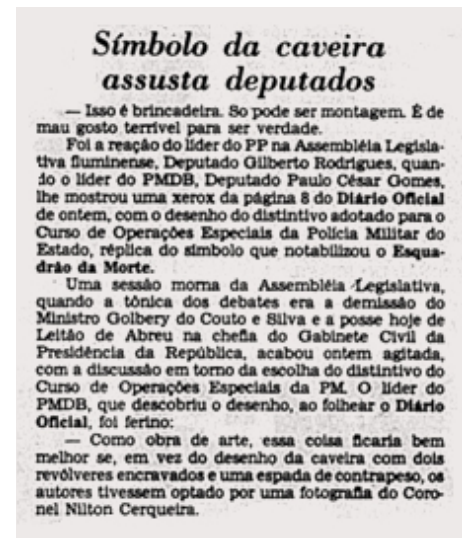
## O Distintivo

O Comandante-Geral da Polícia Militar demonstrou sensibilidade à crítica justa, desistindo de instituir o sinistro distintivo que marcaria os homens do Curso de Operações Especiais com o estigma do **Esquadrão da Morte**.

Não se conhece ainda o novo distintivo. Há de ser, entretanto, algo que não glorifique a morte nem sugira o extermínio da glória de estar seguro. Uma **caveira**, quando símbolo do que de pior faz a polícia, não merece a moldura de louros que se deve reservar a quem conseguir fazer com que a PM volte a ser uma instituição modelar.

(*Jornal do Brasil*, 13/08/1981)

É sintomático percebermos como de modo distinto da construção de memória discursiva sobre o advento do *Comando Vermelho* – quando bastava uma fonte oficial para explicitar uma associação com quase nenhuma comprovação factual – chama a atenção o esforço e o cuidado do jornal em evitar uma crítica direta ao que de fato significava, na prática cotidiana das polícias do Estado, a incorporação da faca na caveira como distintivo.



(*Jornal do Brasil*, 12 e 13/08/1981)



Ao longo das reportagens sobre a polêmica, é evidente a preocupação do jornal em situar as críticas à polícia apenas nas habituais fontes políticas (deputados e OAB, por exemplo). Levando em conta as condições de produção de tais dizeres é compreensível supor que tal precaução poderia se dever a uma relação de antecipação dialógica com as forças da ditadura civil-militar, ainda bastante presentes nas rotinas jornalísticas, embora a censura prévia aos jornais já tivesse sido abolida desde o final dos anos 1970. Mais importante, no entanto, do que especular a respeito destes cuidados, cabe-nos, a título de conclusão, pensar a respeito dessas diferentes formas de materialização das políticas de silêncio.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O funcionamento do discurso como efeito de sentido entre locutores engendra, em seu dispositivo material, linguístico e histórico, o apagamento do processo mesmo no qual se estabelecem as ilusões de unidade de sujeitos e dos sentidos (PÊCHEUX, 1997). Vimos aqui de que forma um debate acerca de possíveis interpretações de acontecimentos complexos vai, gradativamente, sendo reduzido a uma evidência de literalidade quase transparente.

É assim que um complexo conjunto de relações sociais, culturais e políticas – desencadeadas nos presídios, nas rotinas policiais e na forma como a ditadura civil-militar investiu o Estado de um aparato autoritário – visando o controle social e, muitas vezes, o extermínio de seus opositores – termina por se reduzir, narrativamente nas reportagens, ao terror diante da figura do traficante *ensinado* pela esquerda.

Orlandi (1997) distingue o silêncio constitutivo (ligado às regionalizações de sentidos e regularidades discursivas, uma vez que todo dizer cala,





necessariamente, alguma outra coisa) do silêncio local (aquele no qual o *dizível* é impedido de se manifestar pelo trabalho de censura). Como limite, portanto, das formações discursivas, o silêncio constitutivo parece estar em funcionamento, nas reportagens analisadas, no modo com que são descartadas as versões outras acerca do que teria significado o *encontro* entre criminosos comuns e presos políticos.

É confortável para uma formação discursiva mais autoritária alguns pilares presentes no mito de formação do *Comando Vermelho*: i) os grupos de esquerda como, mais uma vez, violentos e responsáveis pela ameaça à ordem vigente, tomada como a única possível e natural; ii) os assaltantes de banco como pessoas ingênuas e incapazes de se organizar ou desenvolver suas próprias e sagazes estratégias de sobrevivência diante de um Estado que não cumpre o devido processo legal; iii) a impossibilidade de perceber como causa primeira da questão da violência, não o mero comportamento dos *sujeitos maus*, mas sim o contraditório e violento funcionamento estrutural do Estado brasileiro que, atualizando constantemente sua herança colonial, reduz as possibilidades da existência das classes mais baixas, investindo suas forças apenas na vigilância e no extermínio dos *perigosos*.

A partir dessa posição hegemônica no direito de *nomear* os acontecimentos, percebemos o caráter constitutivo do silêncio relegando falas que poderiam apontar para possibilidades outras de entendimento do fenômeno complexo que irrompia naquele momento. Quando, por sua vez, as evidências apontam para o crescimento cada vez mais incontrolável da incorporação de práticas fascistas pelo Estado, o jornal parece ter que negociar seus esforços noticiosos com forças políticas que, explicita ou





implicitamente, trabalham na injunção a dizeres específicos e no cerceamento do universo de possibilidades do que seria *dizível*.

Em resumo, nossa análise demonstra que o amplo espaço da incompletude dos dizeres será sempre foco, não por acaso, das políticas de silenciamento, dos embates entre relações de poder que constituem subjetividades e sentidos, e de um jogo constante entre os acontecimentos memoráveis e aqueles que nem chegam a se inscrever. Se Drummond tem razão ao dizer que nada pode o olvido contra o sem sentido apelo do não, resta-nos, como analistas de discurso, direcionar nossas miradas para os lampejos das linhas de fuga, de modo a antevermos a permanência, no texto e na memória, das tentativas, demasiado humanas, de driblar a violenta armadilhadorial da imposição de sentidos (e futuros) únicos.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, C. **Comando Vermelho: a história do crime organizado**. São Paulo: Record, 1993.

ARGOLO, J. **A direita explosiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política vol.1**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MARIANI, B. “Os primórdios da imprensa no Brasil”. In ORLANDI, E. (Org.) **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993, p. 31-42.

MENDONÇA, K. Entre comandos e milícias: memória, esquecimento e censura no jornalismo carioca dos anos 1980. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 11-47, set./dez. 2020.





MENDONÇA, K. **A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta**. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2002.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

PINHEIRO, P. “Polícia e crise política: o caso das polícias militares”. In PAOLI, M.;

BENEVIDES, M.; PINHEIRO, P.; DA MATTA R. (Org) **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 57-92.

